HISTÓRIA DA ELABORAÇÃO DO CONSTRUCTO DE RAÇAS: AS BASES CIENTÍFICAS DA INFERIORIDADE DOS NEGROS

Arthur Henrique de Oliveira

RESUMO

A temática africana, quando abordada em sala de aula, tem ocorrido de maneira demasiadamente reducionista limitando-se às informações amplamente conhecidas como a contribuição dos negros na construção da sociedade brasileira. Temáticas relacionadas à cultura, arte, dança, folclore, culinária, política, economia e religião tem recebido ênfase especial, porém, sem desmerecê-las é preciso ampliar o foco do debate e tratar a questão sob o ponto de vista da afrocentricidade e não mais sob os ditames do eurocentrismo. Nesse sentido, a proposta desse trabalho visa compreender como o conceito de raça foi erigido e justificado pela ciência europeia dos séculos XVIII e XIX, e como as teorias ideológicas de cunho eurocêntrico criaram falsificações históricas e diversos mitos sobre a África e os africanos. Para tanto a metodologia adotada segue a linha de pesquisa em História e Teoria da Ciência.

Palavras-chave: Racismo Científico, Afrocentricidade, História Africana

INTRODUÇÃO

> O continente “negro”, safaris, animais selvagens, apartheid, fome miséria, escravidão [...] As nossas impressões da África são muitas vezes formadas por notícias, filmes, fotos de revistas. Mas, a África - a verdadeira África - é uma terra de ricas culturas e civilizações antigas desconhecidas para muitos no mundo ocidental (Du Bois).

A lei 10.639/2003 altera a Lei nº 9.394/ 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira". Assim nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares, torna-se obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira. De acordo com a lei o conteúdo programático deverá incluir o estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da

sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinente à História do Brasil. Assim os conteúdos referentes à História e Cultura Afro-Brasileira serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de Educação Artística e de Literatura e História. Porém, nada impede que as diversas áreas ou componentes tratem a questão de maneira interdisciplinar objetivando aprofundar o estudo da temática de maneira evitar o reducionismo e a maneira simplista com que a questão vem sendo tratada. Por isso é preciso ampliar o debate e incluir nessa discussão as raízes da invisibilidade africana no campo da ciência e da tecnologia. Nesse sentido, é possível a elaboração de um currículo que dê conta dessas questões? De que maneira a ciência branca, sexista, eurocêntrica elaborou o conceito de raça? Como desconstruir tal ideia? Qual a participação ou contribuição da ciência nesse processo? Essas perguntas, bem como outras, serão respondidas no decorrer desse trabalho.

1 A invisibilidade africana

A invisibilidade africana no campo das ciências foi uma construção alicerçada nas perspectivas eurocêntricas de que os negros eram espécies inferiores, estando em um estágio primitivo na história da evolução humana (CUVIER, 1819). Quando compreendemos como e porque a ideia de raça foi construída temos a possibilidade de trabalhar o currículo sob outra perspectiva. O construto de raças foi elaborado paulatinamente por diversos naturalistas, cientistas, anatomistas, filósofos do século XVIII e XIX, entre eles os franceses Georges Cuvier (1769-1832), Georges-Louis Leclerc, Conde de Buffon (1707-1788) e Joseph Arthur de Gobineau (1816-1882), os alemães Johann Friedrich Blumenbach (1752-1840) e Ernst Haeckel (1834- 1919), o naturalista sueco Carl von Linnaeus (1707-1778), entre outros.

.

1.1 Um novo olhar sobre o currículo: como a ciência ajudou a construir as bases científicas da inferioridade dos negros.

Segundo Jacquard (1999), foi o francês François Bernier (1625-1688) que escreveu o primeiro texto em que o termo “raça” aparece em seu sentido atual. A sua obra *Nouvelle division de la terre par les différentes espèces ou races qui*

l'habitent (1684), é considerada a primeira classificação moderna das distintas “raças” humanas.

Bernier agrupou os seres humanos em quatro grupos: Europeus: que se juntavam aos egípcios e aos hindus; Africanos: cuja negrura era essencial; Chineses e os japoneses, com ombros largos, rosto chato, nariz achatado, e “pequenos olhos de porco”; Lapões (grupo indígena europeu da região da Lapônia, Norte da Europa), “animais infames” (JACQUARD, 1986).

As razões para cor da pele estariam exclusivamente no sêmen e sangue, as raças não seria uma criação do clima; pois um negro casando-se com uma mulher branca poderia ter filhos de pele mais clara, um casal de negros migrando para regiões mais frias continuariam a ter filhos de pele escura, ou seja, para Bernier o clima não exerceria influência sobre a formação das “raças humanas” (JACQUARD, 1986).

Em meados do século XVIII o naturalista e anatomista francês Georges Cuvier, baseado nas diferenças geográficas e na variação da cor da pele propôs três tipos de raças: caucasiana, etiópica e mongólica (PENA, 2008).

Em 1806, alemão Johann Friedrich Blumenbach estabelece cinco raças: caucásica, mongólica, etiópica, americana e malaia.

Porém, foi a partir da publicação do livro *Sistema da Natureza* (1767) do naturalista sueco Carl von Linnaeus (ou simplesmente Linneu) que a ideia de raça ganha conotações científicas. Para o naturalista as causas das diferenças entre as raças seriam o clima, temperatura e condições geográficas. O sueco, de acordo com Pena (2008), propôs a seguinte classificação:

Homo sapiens europaeus: branco, sério e forte;

Homo sapiens asiaticus: amarelo, melancólico e avarento;

Homo sapiens afer: negro, impassível, preguiçoso;

Homo sapiens americanus: vermelho, mal-humorado e violento.

Em 1766, Buffon publica no volume XIV da *Histoire Naturelle*, um artigo intitulado *Dégénération des animaux*. Nele, estabelece uma série de elucubrações acerca da origem da fauna americana. Ele apresenta, talvez, pela primeira vez na História, a teoria de que o continente sul americano estivesse, no passado, unido ao continente africano, formando um único supercontinente. Mas, foi a partir de suas reflexões sobre a degeneração dos animais que abriu espaço para tratar das

variações humanas. Segundo a teoria da degeneração de Buffon, após a criação, de acordo com o livro Gênese, a espécie humana havia se dispersado pela Terra e o clima tropical teria causado uma espécie de patologia no branco, tornando sua pele negra. Os índios americanos também seriam frutos dessa mesma patologia. Assim a mistura entre as raças causaria uma espécie de degeneração, que por sua vez poderia ser revertida. Segundo Buffon existiria a possibilidade de se inverter o processo de modificação dos caracteres somáticos se, por exemplo, experimentalmente negros fossem levados para viver em climas temperados e frios como na Dinamarca. Entre seus contemporâneos, a teoria da degeneração encontrou um campo fértil para se propagar, uma vez que os filósofos passaram a divulgá-la, entre eles o diplomata e filósofo francês Joseph Arthur de Gobineau (1816-1882).

Gobineau morou no Brasil e atuou como diplomata do governo francês, segundo ele, os brasileiros seriam uma raça extinta em menos de duzentos anos. Isso por ser, em sua maioria, uma população fruto da mestiçagem entre índios, negros e um pequeno número de portugueses.

Ernst Haeckel, biólogo, naturalista, filósofo alemão, que ajudou a popularizar o trabalho de Charles Darwin e que propôs alguns termos utilizados ainda hoje na Biologia como Filo, Ecologia, filogenia e o Reino Protista, também se envolveu no debate sobre o estudo das “raças” estabelecendo que o seu desenvolvimento ocorreria de maneira análoga ao desenvolvimento dos indivíduos e das espécies. Defendeu a ideia de que as ‘raças” primitivas eram uma etapa infantil na marcha da humanidade necessitando por isso de supervisão e proteção das sociedades mais maduras, ele considerava o homem branco o ápice da evolução biológica (PENA, 2008).

2 O DARWINISMO SOCIAL E AS IDEIAS EUGÊNICAS

O Darwinismo Social, segundo Pena (2008), vai propor outra forma de interpretação para as ideias evolucionistas do naturalista inglês Charles Darwin (1809-1882). Na verdade a palavra evolução na época de Darwin possuía outra conotação, era utilizada para designar as diversas etapas do desenvolvimento de um organismo, o que chamamos atualmente de ontogênese, a palavra utilizada para se referir as mudanças pelas quais os seres vivos passariam do decorrer do tempo

era transmutacionismo. O Darwinismo social serviria para justificar o domínio ocidental sobre os demais povos, sendo seus principais representantes os ingleses Edward Tylor (1832-1917) e Herbet Spencer (1820-1903).

Assim os pensadores sociais começaram a transferir os conceitos de evolução, adaptação e seleção natural para a compreensão das civilizações e das práticas sociais. Os europeus estariam em condições superiores aos demais povos. Herbert Spencer foi o mais importante porta-voz dessa teoria social que estava baseada na brutal luta pela existência, pleiteava que a guerra dos fortes contra os fracos, dos ricos contra os pobres, deveria seguir seu curso natural e a sociedade humana alcançaria um nível pleno desenvolvimento, purgando-se os pobres e o os fracos.

Assim a filosofia, a cultura, a ciência e a tecnologia dos europeus eram superiores: ocupavam o topo da civilização e da evolução humana, os povos não-europeus estariam em uma situação inferior, mais próximos das sociedades primitivas. O Darwinismo Social, juntamente com a Antropologia e Etnografia, serviriam de pano de fundo para que as nações imperialistas iniciassem uma verdadeira cruzada de cunho “civilizatório” objetivando levar o progresso aos povos “primitivos” e “atrasados”.

2.1 Francis Galton (1822-1911) e a Eugenia (bem nascido)

Os objetivos da proposta eugênica de Francis Galton, inglês primo de Darwin, era: compreender os mecanismos da transmissão das características hereditárias, melhorar as características do conjunto populacional, aplicar a teoria da seleção natural ao meio social e estimular a reprodução apenas de pessoas saudáveis.

Galton, quando cunhou o termo eugenia, tinha pelo menos uma certeza: provar por medições e cálculos matemáticos que era possível a transmissão de características positivas e negativas dos pais para os filhos. Segundo ele, a transmissão das características não se limitava apenas aos aspectos físicos, mas também a habilidades e talentos intelectuais.

As ideias de pureza racial teve ampla aceitação em diversos países, principalmente na Alemanha, características mentais e, sobretudo, a inteligência eram consideradas hereditárias ao mesmo título dos caracteres físicos. Leis foram promulgadas visando à proibição dos chamados casamentos inter-raciais, além das

esterilizações em massa e das severas restrições sobre alcoólatras, epilépticos e doentes mentais. De acordo com as ideias eugênicas a inferioridade seria hereditária, a esterilização em massa serviria para “livrar” a espécie da degeneração, os casamentos só deveriam ocorrer mediante concessão e leis restritivas deveriam impedir a imigração dos chamados povos inferiores para que ocorresse o aperfeiçoamento da espécie humana, os casamentos deveriam ser estimulados apenas entre os chamados bem dotados biologicamente. Os governos deferiam estimular e promover o desenvolvimento de programas educacionais para a reprodução consciente de casais saudáveis.

2.2 Friedrich Tiedemann (1781-1861): um antirracista à frente do seu tempo.

Nos séculos XVIII e XIX o tamanho do cérebro era a principal medida física de inteligência. Grande parte dos cientistas europeus compartilhava a ideia de que africanos e mulheres pertenciam às formas inferiores, porque tinham cérebros menores do que os homens brancos. Nesse período a vasta maioria dos cientistas era composta por homens brancos, portanto, os sistemas classificatórios elegiam as características físicas dos homens brancos como as mais importantes para definir os níveis intelectuais. Tiedemann, ao contrário defendeu igualdade biológica dos seres humanos ao publicar o artigo *Sobre o cérebro do Negro, comparado com o do Europeu e do orangotango* (1836). Para realizar seus estudos empíricos ele enchia os cérebros pesquisados com sementes através do forame magno e depois pesava as sementes.

Artigo dividido em duas partes:

Comparação entre cérebros de africanos e europeus. Crânios de 38 homens africanos, 77 europeus, 24 asiáticos, 38 oceânicos e polinésios e 24 ameríndios (incluindo um índio Botocudo do Brasil). Escreveu Tiedemann:

> É evidente pela comparação da capacidade craniana do negro com a do europeu, mongólico, americano e malaio que a cavidade do crânio do negro não é menor do que a do europeu nem que as de outras raças (TIEDEMANN, 1836, p.511).

Comparação do tamanho do cérebro entre homens e mulheres (28 cérebros de homens e 11 de mulheres europeias):

> Embora Aristóteles tenha registrado que o cérebro da mulher é menor que o do homem em termos absolutos, ele não é menor em comparação com o corpo, porque o corpo feminino é geralmente mais leve do que o masculino. O cérebro feminino, na maioria das vezes, é até maior que o dos homens, em relação ao tamanho do corpo (TIEDEMANN, 1836, p.503).

2.3 Os zoológicos humanos

Zoológicos humanos eram exposições de “tipos humanos”, um mercado consumidor amplo para a exibição de “raças inferiores” seu apogeu ocorreu na década de 1870, nas cidades Londres, Paris, Nova York, Amsterdã, Antuérpia, Hamburgo, Milão e Barcelona. As atrações eram pigmeus africanos e neozelandeses, negros da Núbia, apaches, esquimós e nativos de Samoa, Suriname e Brasil (índios botocudos).

Praticamente durante todo o século XIX e até quase completar a primeira metade do XX, numerosos países europeus, americanos e também o Brasil, organizaram diversas “exposições antropológicas de caráter ‘científico”, nas quais membros nativos de diferentes comunidades indígenas eram exibidos publicamente.

A partir dessa maneira de popularizar este tipo de ciência, equivocada e excludente, existia uma forte animalização dos nativos implícita em muitos desses “shows”, que muitas vezes eram realizados em parques zoológicos, e exibidos em gaiolas junto com animais. No Brasil, a “Primeira Exposição Antropológica Brasileira” que tinha como foco as exibições humanas como principal atração, aconteceu no Rio de Janeiro, em 1882. Tais exposições eram consideradas pelos organizadores e pelo público como sendo de alto interesse científico para a popularização da ciência da época. Durante o evento foi exibido um grupo de índios botocudos, denominados pelos organizadores como representantes legítimos brutalizados da espécie humanidade nos seus primórdios evolutivos, ou seja, estariam mais próximos dos primatas do que das supostas “raças superiores” (CHAUVEAU, 2012).

3 MITOS E VERDADES SOBRE O CONTINENTE AFRICANO

Friedrich Hegel (1770-1831), filósofo alemão exerceu forte influência sobre alguns mitos a respeito do continente africano. De acordo com Hegel:

Historicidade e filosofia, apenas os europeus teriam;

África não tem história, pois não possui escrita;

África como continente nada produziu;

Com exceção: do Egito e do norte da África estavam sob influencia da colonização Francesa;

A única coisa boa para a África foi a escravidão: era positiva, pois introduziu os africanos em um contexto de civilização onde eles poderiam se desenvolver, o que não aconteceria se permanecessem no "o continente negro". Ainda, de acordo com o filósofo:

> A principal característica dos negros é que sua consciência não atingiu a intuição de qualquer objetividade fixa, como Deus, como leis, pelas quais o homem se encontraria com sua própria vontade, e onde ele teria uma ideia geral de sua essência. [...] O negro representa, como já foi dito, o homem natural, selvagem e indomável. Devemos nos livrar de toda reverência, de toda moralidade e de tudo o que chamamos de sentimento, para realmente compreendê-lo. Neles, nada evoca a ideia de caráter humano. [...] Entre os negros, os sentimentos morais são totalmente fracos – ou, para ser mais exato, inexistente. [...] Com isso, deixamos a África. Não vamos abordá-la posteriormente, pois ela não faz parte da história mundial; não tem nenhum movimento ou desenvolvimento para mostrar. (HEGEL, 1995, p. 84-88).

Tais concepções perduraram durante muito tempo e relegou o continente africano ao descaso, ao ostracismo, além da suposta inferioridade intelectual, científica, tecnológica e filosófica. O mito da ausência de história escrita, a negação da igualdade intelectual africana, o estereótipo do continente da música, dança e onde o conhecimento era transmitido unicamente pela via oral, tudo isso vem abaixo a partir da descoberta dos Manuscritos de Timbuktu.

Os Manuscritos de Timbuktu é um termo genérico para um grande número de manuscritos, que estavam preservados muitos deles por particulares em Timbuktu, no Mali.

Na década de 1960 a UNESCO realizou uma conferência em Timbuktu, onde uma ampla gama de manuscritos haviam sidos descobertos. Até o momento, cerca de 700 000 manuscritos foram resgatados, com o mais antigo remontando o ano de 1204. Foram escritos em árabe e cobrem uma grande variedade de assuntos

incluindo: Matemática, Astronomia, Agricultura, Metalurgia, Medicina, Literatura, Filosofia, Direito e Linguística e Música. Os manuscritos referentes às leis, por exemplo, são testemunhos da civilização altamente avançada e refinada que existiu na África Ocidental há mais de 800 anos atrás.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em relação à África, o grande problema é que para os europeus sem fontes históricas documentais não haveria história, sem história não haveria documentos, sem documentos não há registros sobre a ciência. O historiador da ciência parte dos estudos a partir daquilo que é chamado de fontes primárias, sem essas fontes, sem esses registros, não existe ciência africana. Contudo, quais outras fontes poderiam ser exploradas? A arqueologia? A tradição oral? Obviamente que sim, porém, atualmente temos uma riquíssima produção escrita em árabe antigo representada pelos Manuscritos de Timbukto, que não deixam dúvidas acerca da contribuição da matriz africana para a ciência, filosofia, tecnologia, agricultura, metalurgia, arquitetura e engenharia, astronomia, medicina, navegação, etc. Assim o legado africano estaria muito mais além do estereótipo do continente da música, do continente sem história, dos safaris, da miséria, da pobreza, da Aids, das guerras, dança e onde o conhecimento, via de regra, ocorreu unicamente pela via oral.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BUFFON (George-Luis Leclerc). **Histoire Naturelle, Générale et Particuliere, avec la Description du Cabinet du Roy**. Paris: Imprimerie Royale, 1749.

CHAUVEAU, M. **The Hottentot Venus: The objectification and commodification of a Khoisan woman at the crossroads of imperialism, popular culture and science.** Bachelor Thesis Liberal Arts and Sciences Tilburg School of Humanities Tilburg University June 2012.

HEGEL, G.W. F. **Filosofia da história**. Brasília: Ed. UnB, 1995.

JACQUARD, A. **La science face au racisme Broché.** Paris: Editions Complexe, 1986.

PENA, S. **Humanidade sem raça?** São Paulo: Publifolha, 2008.

TIEDEMANN, F. **On the Brain of the Negro, compared with that of the european and the orang-outang.** Philosophical Transactions of Royal Socyte of london, Vol. 126, pp. 497-527, 1836.